

Entre marcadores sociais e ações afirmativas, análise interseccional da permanência estudantil no IFPB Campina Grande - Ano 1: a construção de um banco de dados.

Ana Beatriz Barbosa Rodrigues (IFPB, Campus Campina Grande), Caroline Munoz Cevada Jeronymo (IFPB, Campus Campina Grande), Adriane Campos de Assis Remigio (IFPB, Campus Campina Grande), Gilma Silva Chitarra (IFPB, Campus Campina Grande), José de Araujo Pereira (IFPB, Campus Campina Grande), José Miguel Rosalvo da Silva (IFPB, Campus Campina Grande).

E-mails: barbosa.rodrigues@academico.ifpb.edu.br; caroline.jeronymo@ifpb.edu.br; adriane.campos@ifpb.edu.br; gilma.chitarra@ifpb.edu.br; jose.pereira@ifpb.edu.br; jose.rosalvo@ifpb.edu.br.

Área de conhecimento (Tabela CNPq): 6.06.07.00-9 Fontes de Dados Demográficos.

Palavras-chave: identidade estudantil; justiça educacional; inclusão; trajetória acadêmica.

1. Introdução

A permanência estudantil no ensino público federal brasileiro tem se tornado um dos temas mais relevantes no campo da educação, especialmente quando analisada sob a ótica das desigualdades estruturais que atravessam as trajetórias escolares de grande parte dos(as) estudantes. No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) – Campus Campina Grande, a realidade discente é marcada por uma pluralidade de experiências, identidades e condições socioeconômicas que exigem um olhar atento, crítico e interseccional para que se possa compreender, de fato, os desafios relacionados à permanência.

Apenas garantir o ingresso de estudantes em instituições públicas não assegura, por si só, o sucesso educacional. A efetivação do direito à educação de qualidade passa pelo desenvolvimento de políticas públicas voltadas à permanência, à equidade e à justiça social. Isso implica reconhecer que estudantes de diferentes gêneros, raças, orientações sexuais, territórios de origem, classes sociais e condições de deficiência vivenciam obstáculos particulares e complexos no seu percurso acadêmico.

É nesse contexto que a interseccionalidade, tal como proposta por Crenshaw (1991), se mostra uma ferramenta teórico-metodológica indispensável. Ela permite compreender as experiências educacionais como atravessadas simultaneamente por diversos sistemas de opressão, como o racismo, o sexismo e o classismo. Assim, ao invés de análises que fragmentam ou homogeneizam as experiências discentes, propõe-se aqui um enfoque integrado, sensível às singularidades que estruturam o cotidiano dos(as) estudantes.

Este projeto, em sua primeira fase, dedica-se à elaboração de um diagnóstico institucional focado na coleta e análise de dados interseccionais sobre os(as) discentes do IFPB – Campus Campina Grande. A proposta é construir um banco de dados atualizado, com potencial de ser permanentemente alimentado e utilizado pela gestão institucional para fundamentar ações afirmativas, políticas de assistência e estratégias pedagógicas comprometidas com a equidade. O projeto parte da premissa de que conhecer bem a realidade da comunidade estudantil é o primeiro passo para transformá-la de forma efetiva e justa.

2. Materiais e métodos

O projeto será desenvolvido por meio de uma abordagem metodológica predominantemente quantitativa, mas com inspiração crítica e sociopolítica. O objetivo é obter dados objetivos, representativos e segmentáveis sobre os(as) estudantes do campus, ao mesmo tempo em que se reconhece que esses dados não são neutros: refletem desigualdades estruturais e são mobilizados politicamente para orientar decisões institucionais.

A primeira etapa consiste na revisão bibliográfica sobre temas centrais como interseccionalidade, desigualdades educacionais, ações afirmativas e permanência estudantil. Esse levantamento fundamentará a elaboração do instrumento de coleta de dados, que será um formulário estruturado contendo questões sobre identidade de gênero, raça/cor, classe social, renda familiar, orientação sexual, território de origem, deficiência, condição de trabalho, maternidade/paternidade, situação habitacional, vínculo com políticas públicas, trajetória acadêmica e acesso a programas de assistência.

A segunda etapa envolve a aplicação do formulário, que será realizada por meio de estratégias presenciais e digitais, respeitando os princípios éticos de pesquisa com seres humanos, incluindo anonimato, consentimento livre e

esclarecido, e uso exclusivo dos dados para fins acadêmicos e institucionais. A equipe do projeto será formada por estudantes bolsistas e voluntários(as), que também receberão capacitação sobre abordagem interseccional e ética na pesquisa.

Na terceira etapa, os dados coletados serão sistematizados em um banco de dados digital interseccional, com estrutura que permita realizar cruzamentos complexos entre variáveis. Isso possibilitará análises mais refinadas, como por exemplo, a condição de permanência de mulheres negras e pobres em comparação com homens brancos de classe média, ou ainda estudantes LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade territorial.

Por fim, a quarta etapa será dedicada à análise exploratória dos dados e elaboração de um relatório preliminar, contendo diagnósticos quantitativos, tabelas, gráficos e interpretações críticas. O relatório será apresentado à gestão institucional, a núcleos como NEABI e NAPNE, a coordenações de curso, e às instâncias colegiadas, fomentando o debate interno sobre estratégias mais eficazes de permanência estudantil com equidade.

Ao longo da execução, o projeto utilizará ferramentas de organização como o Trello, promoverá reuniões periódicas e adotará um plano de acompanhamento contínuo, priorizando a participação ativa da comunidade discente na construção dos resultados.

3. Resultados e discussão

Embora ainda não se disponha de resultados empíricos, é possível antecipar algumas hipóteses com base em dados de pesquisas anteriores e na observação cotidiana da realidade institucional. A expectativa é que o banco de dados revele desigualdades interseccionais relevantes, como a maior taxa de evasão entre mulheres negras e estudantes periféricos; a sub-representação de pessoas trans em espaços de destaque acadêmico; ou ainda a concentração de estudantes com deficiência em cursos com menos visibilidade institucional.

Espera-se também encontrar dados que confirmem o impacto positivo das ações afirmativas — como as cotas raciais e os auxílios financeiros —, mas que também revelem seus limites. Por exemplo, um estudante pode ter acesso a uma bolsa de assistência, mas não conseguir permanecer no curso por ausência de acolhimento psicológico, por experiências de discriminação ou por sobrecarga de trabalho doméstico.

A análise interseccional será a chave interpretativa dos dados. Isso significa que os resultados não serão lidos apenas de forma isolada (por raça, por gênero, por classe), mas em suas combinações. Essa leitura permitirá o desenvolvimento de estratégias personalizadas, como programas de tutoria para mulheres negras mães, ou fortalecimento de políticas de acolhimento a estudantes LGBTQIA+.

Outro aspecto que será analisado é a distribuição de estudantes por curso, turno, modalidade de ensino e inserção em políticas institucionais. Por exemplo, é possível que cursos noturnos concentrem maior número de estudantes em situação de vulnerabilidade, o que exige repensar horários, formas de avaliação, políticas de alimentação e transporte.

O projeto também buscará integrar os dados sobre permanência com os registros de evasão e trancamento de matrícula, criando séries históricas que permitam avaliar a efetividade das políticas ao longo do tempo. A perspectiva é transformar o banco de dados em uma ferramenta viva, estratégica e que dialogue diretamente com o planejamento institucional, servindo de base para decisões em diferentes níveis.

4. Considerações finais

A construção de um banco de dados interseccional é uma iniciativa de grande relevância estratégica e simbólica para o IFPB – Campus Campina Grande. Ao propor uma leitura ampla, crítica e situada da permanência estudantil, o projeto contribui para transformar a forma como se compreende a educação pública no Brasil: não apenas como acesso, mas como permanência com qualidade, reconhecimento e pertencimento.

A experiência de construção deste diagnóstico permitirá à instituição repensar suas práticas e políticas a partir de uma base empírica sólida e de um referencial teórico comprometido com os direitos humanos e com a justiça social. Mais do que números, os dados coletados representarão vidas, trajetórias e experiências que precisam ser ouvidas e consideradas na formulação das políticas educacionais.

Ao longo dos próximos anos, espera-se consolidar o banco de dados como instrumento permanente, alimentado regularmente, e que possa inspirar outras unidades do IFPB e instituições da Rede Federal a desenvolverem diagnósticos interseccionais semelhantes. O projeto, assim, se insere não apenas no campo da pesquisa institucional, mas também no compromisso ético-político com a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática.

Referências

BALBIM, Renato Nunes. Mobilidade: uma abordagem sistêmica. In: BALBIM, Renato Nunes; KRAUSE, Cleandro; LINKE, Clarisse Cunha. Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano. Brasília: IPEA, 2016. p. 23-42. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9198/1/Mobilidade.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações: Revista de Ciências Sociais, Londrina*, v. 20, n. 2, p. 27-55, 25 dez. 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24124>. Acesso em: 11 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos da administração pública federal. *Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 151, n. 109, p. 1, 10 jun. 2014*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/12990.htm. Acesso em: 30 mar. 2025.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução?: feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo, São Paulo*, v. 5, n. 1, p. 7-17, jun. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/07/01.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2025.

CREENSHAW, Kimberle. Mapping the Margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review, Stanford*, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991.

INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO - ITDP BRASIL. Sensibilidade de variáveis sociodemográficas na mobilidade urbana. Rio de Janeiro: ITDP, 2020. 19 p. Disponível em: <https://itdpbrasil.org/wp-content/uploads/2021/02/Sensibilidade-de-variaveis-sociodemograficas-na-mobilidade-urbana.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB). Resolução nº 61, de 25 de outubro de 2023. Convalida a Resolução AR nº 17/2022, que dispõe sobre o Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI no âmbito do IFPB. João Pessoa: Conselho Superior, 2023. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/proexc/assuntos/legislacoes-e-normas/resolucao-no-61-2023-cs-ifpb/resolucao-61-2023>. Acesso em: 30 mar. 2025.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *Cadernos Pagu, Campinas*, n. 42, p. 201-248, jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/CYYSsFmdHWTGNcBqYQKQ9Rw/?lang=pt>. Acesso em: 02 mar. 2025.

SILVA, Anderson de A.; DANTAS, Candida Maria B.; DIMENSTEIN, Magda Diniz Bezerra. Mobilidade urbana e gênero: pistas sobre a cidade heterogênea. *Revista Ártemis, João Pessoa*, v. 3, n. 1, p. 116-135, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/55732>. Acesso em: 02 mar. 2025.